

Escolas não aceitam

ade

Jornal de Brasília

o reajuste de 35%

O índice de 35% divulgado, ontem, pelo governo para o reajuste da semestralidade escolar não correspondeu às expectativas do Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal e, segundo o representante da entidade, Oswaldo Saenger, «este índice não atende parte significativa das escolas de Brasília, determinando uma situação insustentável para grande parte dos estabelecimentos».

Em reunião que teve início de manhã, e se estendeu por parte da tarde de ontem, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — Fenen — divulgou nota oficial onde acusa o Governo Federal de «estar tratando politicamente uma matéria de natureza técnica e econômica». Informando que, se não houver uma reformulação no anúncio do governo, o presidente da Fenen, Roberto Dornas, garante que grande parte das escolas do país não terão condições de manter suas atividades, no próximo ano letivo. «40% das escolas não conseguirão funcionar com este índice. Outras terão, sobrevivido, ou seja, estarão em fase terminal», avalia.

Segundo a recomendação da Fenen, o sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, também, prestará orientação aos associados, no sentido de que não iniciem

os trabalhos «no vermelho». Oswaldo Saenger, proprietário de escola em Brasília, disse que esperava a liberação de um aumento em torno de 100%. Agora, afirma, «terei que avaliar se existe possibilidade de minha escola reabrir em 87». Outros estabelecimentos já decidiram mesmo fechar as portas. É o caso do Centro Educacional Laser, que não funciona desde novembro. «Aguardava um reajuste mínimo de 150%. Os pais dos alunos me propuseram 80% de aumento. Não aceitei porque isto não cobre as despesas», revela o proprietário, Jaime Zveiter, que, também, é vice-presidente do sindicato dos estabelecimentos particulares do DF.

Considerando injusto a aplicação de qualquer índice que venha a reajustar o preço das semestralidades escolares, o presidente da Fenen reforça que este cálculo deveria basear-se nos componentes do custo de cada curso. Com relação à negociação de 15% que as escolas deverão realizar com as comissões de pais e mestres, a Fenen reage na nota divulgada, ontem, considerando que «a escola não pode admitir que o preço dos serviços sejam fixados pelo usuários». Lembrando que o governo não chama ninguém quando reajusta salários, serviços públicos, e outros produtos, o presidente da Fenen, Roberto Dornas, enfatiza que «a escola não vai pagar a dívida social do governo».